

toda cidade, inclusive com a adoção de um projeto de educação voltado a reciclagem do lixo que além de colaborar com o meio ambiente propiciaria renda as pessoas que vivem do lixo, portanto, de caráter também social. Na sequencia fez uso da palavra a **Senhora Maria de Fátima Leme, engenheira e servidora pública municipal** que aproveitou o momento somente para agradecer a oportunidade que a Prefeitura esta dando ao cidadão para participar da discussão de revisão de Plano Diretor e disse que é a primeira vez que a sociedade tem a oportunidade de participar de uma discussão tão importante, inclusive das discussões com o CONCIDADE onde ela também faz parte. Em ato continuo falou o **Senhor João Carlos Monteclaros Vasconcelos - Joca, engenheiro e representando o Conselho dos Arquitetos do Estado de São Paulo**, e falou que a entidade esta atenta as revisões dos planos diretores em especial sobre os impactos urbanísticos e a qualidade de vida. Pontuou ele que a maior preocupação diz respeito aos conceitos empregados nas revisões pois existe a necessidade de se definir o que é espaço público e o que é privado e fazer com que eles sejam integrados e não com normas antagônicas e deu como por exemplo o caso das calçadas de Bragança onde se conceitua como espaço público, porém de responsabilidade do proprietário criando uma zona de conflito no que diz respeito as inclinações, o tipo de pavimentação, o plantio de árvores, tudo em completa desarmonia. Disse também da preocupação do Conselho com relação a verticalização eis que as cidades saíram do uso da comunidade e passaram para uso individual com verdadeiras ilhas dentro das cidades criando obstáculos para a integração social, ou seja, os muros, os condomínios estão se tornando outras cidades dentro da cidade. Solicitou que a Comissão se atente as conceituações no que diz respeito a passeios e recuos, pois a lei hoje e mais preocupada com o recuo frontal privilegiando o sistema viário em detrimento ao recuo lateral que atinge a qualidade de vida do morador. Finalizou dizendo da necessidade de melhor definição das macrozonas aproveitando o georreferenciamento que pode ajudar a definir melhor as divisas, pois a demarcação realizada de 2005 em diante, foi mais empírica do que técnica, pois de um lado da calçada você tem um zoneamento e do outro lado um zoneamento diferente em local totalmente semelhante, inclusive com linhas demarcatórias que as vezes dividem um mesmo terreno em zonas diferentes, ou seja, está faltando para Bragança uma melhor sensibilidade urbanística que será amenizada com bom senso e uso de novas ferramentas como o georreferenciamento que já está atrasado em 20 anos. Por derradeiro falou o **Senhor Joaquim Gilberto de Oliveira, professor da Universidade São Francisco**, que disse da necessidade de se observar que existem Leis no Município e no Brasil extremamente importantes dentro de sua área e pontuou que de leis não precisamos mais e sim praticidade e que o novo Plano Diretor contenha normas que

